

Evento da ANSP analisou o seguro no contexto econômico e político, destacando sua capacidade de resiliência como um trunfo para a manutenção do crescimento

Se, por um lado, o setor de seguros não está imune aos efeitos da crise, por outro, tem demonstrado grande capacidade de resiliência. O crescimento nominal de 7%, registrado nos cinco primeiros meses deste ano, está distante do desempenho alcançado cinco anos atrás, quando o setor crescia na média de dois dígitos, mas representa verdadeira façanha no contexto atual de economia em queda e instabilidade política. Para o economista Francisco Galiza a situação traduz o conceito do “copo meio cheio ou meio vazio”.

Em comparação a outros segmentos econômicos que foram mais afetados pela crise, como a indústria automobilística, que caiu 25% entre 2016 e 2017, Galiza considera que para o setor de seguros o copo está meio cheio. “Embora o crescimento tenha sido prejudicado nos últimos dois anos, em 2017 o mercado se recuperou e cresceu acima da inflação. A tendência é que se mantenha em crescimento”, disse ele durante participação no Café com Seguro, promovido pela Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP), dia 3 de agosto, em São Paulo, que discutiu o “Cenário Econômico e o Mercado de Seguros”.

A façanha de se manter em crescimento em meio a um cenário de turbulência econômica é um dos motivos que credencia o setor de seguros a pleitear maior participação nas políticas públicas do país, acredita o presidente da CNseg, Marcio Coriolano. Na abertura do evento da ANSP, ele mencionou a interação do setor com o governo, em especial com o Ministério da Fazenda, que regula a atividade, mas reconheceu que o seguro ainda está adjacente à política do Estado. “Apesar da sua importância para o desenvolvimento econômico do país, o seguro é como um elo perdido nessa relação”, disse.

A situação seria outra, na visão de Coriolano, se a sociedade se desse conta de que o setor de seguro é um dos maiores investidores institucionais do país. “Poucos sabem que o setor possui R\$ 1 trilhão em ativos, que estão aí suportando a dívida pública, financiando os investimentos etc.”, disse. Outro atributo do seguro, destacado por ele, é o de proteção da sociedade, no sentido mais amplo. “Cada centavo que é colocado no cofrinho do seguro, desonera a sociedade de uma série de gastos que alguém, provavelmente o governo, teria de pagar”, disse.

Para João Marcelo M. R. dos Santos, presidente da ANSP, o seguro tem fama injusta não apenas no Brasil, como em todo o mundo. Mas, ele acredita que é possível mudar essa imagem. “Depende de um trabalho de formiguinha para que a sociedade possa aprender um pouco mais sobre os benefícios do seguro”, disse.

Problemas estruturais da economia

Por que países pequenos e com recursos naturais e populacionais menores que os do Brasil conseguiram construir economias mais fortes? O economista da Escola Nacional de Seguros Lauro Farias encontrou respostas no conceito ARM (Armadilha da renda média ou do baixo crescimento). Esse conceito define a situação de países que, mesmo tendo vencido a situação de baixa renda, se mantêm no estágio de renda média por décadas e não demonstra tendência de escape para a renda alta. Na prática, são países com dificuldade para competir na oferta de bens e serviços com outras nações de renda alta e até com países de baixa renda.

Lauro Faria explicou que existem várias definições para a renda média. Ele prefere a que mede a renda per capita com base na variação entre 20% a 55% da renda per capita dos Estados Unidos. Segundo o economista, considera-se estacando no ARM o país que permanecer nessa situação por mais de 47 anos. “Seguramente, o Brasil está dentro dessa faixa há mais de 50 anos”, disse. Na comparação do PIB per capita, o Brasil está estagnado em relação aos Estados Unidos e caiu em

relação ao mundo do patamar de 130% para 91%.

“Tínhamos 30% acima da renda mundial e hoje estamos 10% abaixo. Se tivéssemos mantido o padrão desde 1980, hoje a nossa renda per capita seria de US\$ 30 mil”, disse. Nesse quesito, o Brasil está abaixo, por exemplo, da Argentina e do México e acima das Filipinas. Vários países estão estagnados na ARM, o que levou o Banco Mundial a estudar a questão, detectando que, em comum, todos apresentam baixa taxa de poupança e investimento; baixa produtividade; alto custo de mão-de-obra; educação deficiente etc. Além desses fatores, o Brasil também apresenta elevada carga tributária; burocracia excessiva; regulação deficiente; sistema político disfuncional etc.

Lauro Faria forneceu um roteiro de ações para escapar da ARM, que inclui investimentos em infraestrutura e educação; bom gerenciamento macroeconômico; e eficiência nas intervenções estatais (tributos e regulação de mercados). Sob o enfoque estrutural, as medidas envolvem a proteção aos setores com maior conteúdo tecnológico e políticas sociais para reduzir as desigualdades de renda, entre outros.

Confiança do setor oscila

De acordo com o economista Francisco Galiza, na comparação da receita por ramos em 2016, o setor de seguros cresceu 4% no segmento de pessoas, 2% em ramos elementares e 2% em seguros. Mas, em 2017, a inclusão dos valores do DPVAT alteraram os resultados. No caso de ramos elementares, por exemplo, que apresentou variação na receita de apenas 1% entre 2016 e 2017 (de R\$ 27 bilhões para R\$ 27,4 bilhões), o resultado seria maior sem o DPVAT. “Subiria para 5%, uma diferença expressiva”, disse. Nas receitas do setor para este ano, a previsão é de crescimento de 13% em todos os segmentos: seguros (5%), saúde suplementar (10%), seguros e saúde suplementar (9%) e VGBL mais previdência (22%). A receita da capitalização sairia do resultado de -2% para 4% neste ano e o resseguro de 10% para 12%.

Galiza também apresentou um estudo dos resultados do ICSS - indicador mensal que mede a confiança do setor de seguros no Brasil – de 2012 até 2017, relacionando-os com os acontecimentos políticos. Em 2012, por exemplo, o valor do indicador (que varia de 0 a 100), chegou a 120 e, em 2013, depois das grandes manifestações, baixou para menos de 100 pela primeira vez. O valor mais baixo, 65 pontos, foi alcançado em 2015, quando o governo mudou a coordenação política. Em abril deste ano, o índice foi de 95 pontos, sinalizando leve pessimismo. “A incerteza ainda é grande, afetando a estabilidade econômica”, disse.

Resseguro avança

No balanço de 2017, a situação do resseguro brasileiro é positiva, segundo Paulo Botti, presidente da Associação Nacional das Resseguradoras Locais (AN-RE). Atualmente, o setor é composto por 16 resseguradoras locais e cerca de 60 grupos operando offshore. Mas, até chegar a essa situação tranquila, o setor passou por períodos conturbados, já desde a abertura em 2008. Em 2010, o governo mudou as regras, adotando a colocação obrigatória e limitando a operação intragrupo. Em 2015, houve a redução gradual dessas regras.

Para melhorar o setor, Botti entende que os players precisam se aprimorar para oferecer ao mercado de seguros as melhores técnicas internacionais. “Isso está ocorrendo, porém, mais devagar do que deveria. Este é um débito que as resseguradoras têm com o mercado brasileiro”, disse. Por outro lado, os próximos passos já foram planejados, segundo ele, a partir de um relatório produzido em 2015 pela Comissão Consultiva de Resseguros, criada pelo CNSP, que recomenda várias medidas para tornar o mercado mais eficiente.

A boa nova trazida por Botti é que diversas resseguradoras que operam no país já estão partindo para internacionalização, com foco na América Latina. “O Brasil é uma economia grande, com baixa exposição catastrófica e mercado segurador forte”, disse. Além das locais, resseguradoras

estrangeiras também estão operando em outros países a partir do Brasil. “É preciso facilitar essa internacionalização por meio da redução de tributos”, disse. Outra possibilidade para alavancar o resseguro é a transferência de riscos de seguros para o mercado de capitais. “Ou ficamos assistindo o mercado de capitais entrar ou tentamos administrar a entrada nele. Temos de aprender a ser bons nisso para evitar que eles venham e nos engulam”, disse.

Fonte: CNseg, em 04.08.2017.